



3º Simulado - Questões sem comentários

Código de Ética e Estatuto da OAB

Questão 1

De acordo com o Estatuto da Advocacia e da OAB e os direitos da advogada, assinale a alternativa correta.

- a) Não é direito da advogada gestante entrada em tribunais sem ser submetida a detectores de metais e aparelhos de raios X.
- b) A advogada gestante, lactante e adotante tem direito a reserva de vaga em garagens dos fóruns dos tribunais.
- c) É direito da advogada gestante, lactante e adotante preferência na ordem das sustentações orais, mediante comprovante de sua condição.
- d) É direito da advogada gestante suspender o prazo processual a qualquer momento e por qualquer motivo.

Questão 2

De acordo com o Estatuto da Advocacia e da OAB e sociedade de advogados, assinale a alternativa correta.

- a) Os advogados podem reunir-se em sociedade empresarial de prestação de serviços de advocacia ou constituir sociedade unipessoal.
- b) O advogado pode integrar mais de uma sociedade de advogados, constituir mais de uma sociedade unipessoal de advocacia, ou integrar, simultaneamente, uma sociedade de advogados e uma sociedade unipessoal de advocacia, com sede ou filial na mesma área territorial do respectivo Conselho Seccional.
- c) São admitidas a registro nem podem funcionar todas as espécies de sociedades de advogados que apresentem forma ou características de sociedade empresária, que adotem denominação de fantasia, que realizem

atividades estranhas à advocacia, que incluam como sócio ou titular de sociedade unipessoal de advocacia pessoa não inscrita como advogado ou totalmente proibida de advogar.

d) O advogado somente pode constituir sociedade com mais de um advogado, sendo vedado sociedade unipessoal.

Questão 3

De acordo com o Estatuto da Advocacia e da OAB e os honorários advocatícios, assinale a alternativa correta.

a) A prestação de serviço profissional não assegura aos inscritos na OAB o direito aos honorários convencionados, aos fixados por arbitramento judicial e aos de sucumbência. O advogado deve optar por um deles.

b) Prescreve em cinco anos a ação de cobrança de honorários de advogado, contado o prazo do início do contrato, se houver.

c) Prescreve em cinco anos a ação de prestação de contas pelas quantias recebidas pelo advogado de seu cliente, ou de terceiros por conta dele.

d) O advogado substabelecido, com reserva de poderes, pode cobrar honorários sem a intervenção daquele que lhe conferiu o substabelecimento.

Questão 4

De acordo com o Estatuto da Advocacia e da OAB e incompatibilidade e impedimento do advogado, assinale a alternativa correta.

a) A incompatibilidade determina a proibição parcial e o impedimento, a proibição total do exercício da advocacia.

b) A advocacia é incompatível, mesmo em causa própria, com as seguintes atividades os membros do Poder Legislativo, em seus diferentes níveis, contra ou a favor das pessoas jurídicas de direito público, empresas públicas, sociedades de economia mista, fundações públicas, entidades paraestatais ou empresas concessionárias ou permissionárias de serviço público.

c) São impedidos de exercer a advocacia os membros da mesa do Poder Legislativo.

d) São incompatíveis os ocupantes de cargos ou funções que tenham competência de lançamento, arrecadação ou fiscalização de tributos e contribuições parafiscais.

Questão 5

Sobre a Ordem dos Advogados do Brasil, assinale a alternativa correta.

a) Os Presidentes dos Conselhos e das Subseções da OAB têm legitimidade para agir, judicial e extrajudicialmente, contra qualquer pessoa que infringir as disposições ou os fins desta lei.

b) Os Presidentes dos Conselhos da OAB e das Subseções não podem requisitar cópias de peças de autos e documentos a qualquer tribunal,

magistrado, cartório e órgão da Administração Pública direta, indireta e fundacional.

c) Havendo mais de duzentos advogados, a Subseção pode ser integrada, também, por um conselho em número de membros fixado pelo Conselho Seccional.

d) O Conselho Seccional, mediante o voto de um terço de seus membros, pode intervir nas Subseções, onde constatar grave violação desta lei ou do regimento interno daquele.

Questão 6

Sobre as Eleições e Mandatos, assinale a alternativa correta.

a) O candidato deve comprovar situação regular junto à OAB, não ocupar cargo exonerável ad nutum, não ter sido condenado por infração disciplinar, salvo reabilitação, e exercer efetivamente a profissão há mais de quatro anos.

b) Não extingue-se o mandato automaticamente, antes do seu término, quando ocorrer qualquer hipótese de cancelamento de inscrição ou de licenciamento do profissional.

c) A eleição da Diretoria do Conselho Federal, que tomará posse no dia 1º de fevereiro, obedecerá às seguintes regras será admitido registro, junto ao Conselho Federal, de candidatura à presidência, desde seis meses até um mês antes da eleição.

d) Todos os prazos necessários à manifestação de advogados, estagiários e terceiros, nos processos em geral da OAB, são de dez dias, inclusive para interposição de recursos.

Questão 7

Sobre o processo disciplinar, assinale a alternativa correta.

a) O poder de punir disciplinarmente os inscritos na OAB compete exclusivamente ao Conselho Seccional em cuja base territorial tenha ocorrido a infração, salvo se a falta for cometida perante o Conselho Federal.

b) O Tribunal de Ética e Disciplina do Conselho onde o acusado tenha inscrição principal não pode suspendê-lo preventivamente, em caso de repercussão prejudicial à dignidade da advocacia, depois de ouvi-lo em sessão especial para a qual deve ser notificado a comparecer, salvo se não atender à notificação. Neste caso, o processo disciplinar deve ser concluído no prazo máximo de noventa dias.

c) A jurisdição disciplinar exclui a comum e, quando o fato constituir crime ou contravenção, deve ser comunicado às autoridades competentes.

d) Todos os recursos têm efeito suspensivo, sem exceção.

Questão 8

Sobre a atividade da advocacia em geral, assinale a alternativa correta.

- a) Considera-se efetivo exercício da atividade de advocacia a participação anual mínima em seis atos privativos.
- b) O advogado deve notificar o cliente da renúncia ao mandato obrigatoriamente mediante carta com aviso de recepção.
- c) A função de diretoria e gerência jurídicas em qualquer empresa pública, privada ou paraestatal, inclusive em instituições financeiras, não é privativa de advogado.
- d) É defeso ao advogado funcionar no mesmo processo, simultaneamente, como patrono e preposto do empregador ou cliente.

Filosofia do Direito

Questão 09

“A natureza colocou o gênero humano sob o domínio de dois senhores soberanos: a dor e o prazer. Somente a eles compete apontar o que devemos fazer, bem como determinar o que na realidade faremos. Ao trono desses dois senhores está vinculada, por uma parte, a norma que distingue o que é reto do que é errado, e por outra, a cadeia das causas e dos efeitos.” (Jeremy Bentham)

O utilitarismo é uma filosofia moderna que conquistou muitos adeptos nos séculos XIX e XX, um dos seus principais autores é Jeremy Bentham. Sobre o utilitarismo marque a assertiva correta:

- a) O utilitarismo se pauta sobre o bem-estar individual em detrimento do bem-estar coletivo.
- b) A aplicação do utilitarismo no direito está alinhada a supremacia do direito natural sobre o direito positivo.
- c) O utilitarismo tem como critério o princípio da utilidade, segundo o qual as ações são aprovadas segundo a capacidade que possuem em aumentar a felicidade do maior número de pessoas causando menos dor.
- d) Um dos temas centrais do utilitarismo é a liberdade, que deverá ser defendida pelo direito e pela moral, pois serve como critério para determinar aquilo que possui utilidade.

Questão 10

“Seremos forçados por esta técnica a incluir no âmbito da regra casos que desejaríamos excluir, de forma a dar efeito a finalidades sociais razoáveis e que os termos da textura aberta da nossa linguagem teriam permitido excluir, se os tivéssemos deixado menos rigidamente definidos. A rigidez de nossas classificações entrará assim em conflito com as nossas finalidades de ter ou de manter a regra.” (Herbert Hart)

Hart em sua obra o conceito de Direito trata de temas como a linguagem e a interpretação jurídica. Acerca do conceito de textura aberta do direito, assinale a assertiva adequada ao pensamento do autor:

- a) A textura aberta se encaixa no “paraíso de conceitos” dos juristas, no qual não há esforço para interpretar os termos jurídicos após a fixação do conceito por parte do magistrado.
- b) A textura aberta se refere à linguagem que pode ser incerta e indeterminada, lançando dúvidas sobre a aplicação no caso concreto.
- c) A textura aberta exige que o magistrado resolva de modo discricionário as lacunas jurídicas servindo como critério suas crenças pessoais.
- d) A textura aberta é um problema linguístico que ocorre apenas com os precedentes e não com as regras jurídicas.

Direito Constitucional

Questão 11

No tema do controle de constitucionalidade de leis e atos normativos vigentes no Brasil, é possível afirmar que:

- a) caso o juiz de 1º grau diante de uma questão prejudicial conclua pela inconstitucionalidade de uma lei, só poderá deixar de aplicá-la se obedecida a cláusula de reserva de plenário;
- b) um acórdão proferido pelo plenário de Tribunal ou seu Órgão especial no incidente de arguição de inconstitucionalidade é irrecorrível;
- c) é inadmissível a desistência numa Ação Direta de Inconstitucionalidade, ainda que haja mudança de entendimento pela parte autora no curso da ação judicial acerca da constitucionalidade de lei ou ato normativo impugnado;
- d) a decisão de mérito no âmbito da ADI produz efeitos *ex tunc*, não sendo possível ao órgão julgador fixar outro momento a partir do qual a sua declaração terá eficácia.

Questão 12

No que tange ao estudo do processo legislativo, em especial o instrumento da Medida Provisória, assinale a alternativa correta.

- a) A edição de uma Medida Provisória torna prejudicado um projeto de lei que disciplina o mesmo assunto e que, embora já esteja aprovado pelo Congresso Nacional, ainda está pendente de sanção ou veto do Presidente da República;
- b) A Medida Provisória perderá eficácia desde a sua edição se não for convertida em lei no prazo de sessenta dias, prorrogáveis por uma vez, devendo neste caso o Congresso Nacional disciplinar por meio de resolução as relações jurídicas delas decorrentes;
- c) Se durante o prazo de 45 dias contados da publicação a Medida Provisória esta não for apreciada, como consequência teremos apenas sobrestamento da deliberação dos projetos de emenda à Constituição.

d) Se a Medida Provisória perder eficácia por decurso de prazo, ou em caráter expresse for rejeitada pelo Congresso Nacional será vedada sua reedição na mesma sessão legislativa.

Questão 13

Vislumbrando as eleições de 2018, Roserval Mitto Junior, atual Governador do Estado de Minas, pretende candidatar-se à reeleição. Em outra perspectiva, o Prefeito Paulo do Município de Camaçari-Bahia pretende se candidatar ao cargo de Governador neste estado. Diante da situação apresentada, e considerando que ambos estão em exercício de primeiro mandato, assinale a alternativa correta com base na CRFB/88.

- a) Roserval poderá candidatar-se à reeleição, mas deverá renunciar ao mandato até seis meses antes do pleito. No caso do Prefeito Paulo, este poderá ser candidato a Governador independentemente de renunciar a seu mandato;
- b) Roserval e Paulo poderão ser candidatos aos cargos que pretendem concorrer, no entanto precisarão renunciar aos respectivos mandatos quatro meses antes do pleito;
- c) Roserval e Paulo poderão ser candidatos aos cargos que pretendem concorrer, independentemente de renunciarem a seus mandatos;
- d) Roserval poderá ser candidato à reeleição, independentemente de renunciar ao seu mandato, mas em relação ao Prefeito Paulo, este somente poderá candidatar-se a Governador caso renuncie em até seis meses antes do pleito.

Questão 14

A Constituição Federal de 1988 estabelece que o Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais, o acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais. Nesse sentido, constituem patrimônio cultural brasileiro:

- a) Os conjuntos urbanos, as áreas de grilagem, os sítios de valor histórico, paisagístico, artístico e arqueológico, de natureza imaterial, portadores de referência à identidade, à memória e à ação das gerações passadas, formadoras da sociedade brasileira, entre os quais se incluem as zonas de uso estritamente industrial, as áreas habitacionais, as áreas de proteção ambiental, as reservas da biosfera e os parques públicos;
- b) Os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, entre os quais se incluem as formas de expressão e os modos de criar, fazer e viver;
- c) Os bens de natureza material e imaterial que veiculem as formas de ação, criação e existência das diversas raças formadoras da sociedade brasileira, em suas dimensões antropológicas, etnográficas, deontológicas e

sociointeracionistas, tais como a culinária, a música, o folclore, a indumentária e as prosódias;

d) As manifestações artísticas e culturais de natureza exclusivamente material que expressem os posicionamentos políticos dos grupos formadores da sociedade brasileira, por meio dos quais os valores, crenças, ideologias e mitologias dos grupos minoritários que representam a identidade nacional interagem com a cultura hegemônica.

Questão 15

Acerca do meio ambiente, a CRFB/88 assegura que todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, cabendo ao Poder Público e à coletividade o a defesa e a proteção para as presentes e futuras gerações. No aspecto constitucional, ainda é possível afirmar que:

a) As ações consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores a sanções penais e administrativas. No entanto, pela sua natureza, as pessoas jurídicas não estão submetidas a tais sanções, devendo a responsabilidade recair sobre seus dirigentes;

b) A floresta amazônica brasileira e a mata atlântica são consideradas bens da União, devendo sua utilização ocorrer na forma da lei e em condições que assegurem a preservação do meio ambiente;

c) Compete à União privativamente legislar sobre proteção do meio ambiente, cabendo ainda competência concorrente com Estados e Distrito Federal nas ações que visem combater a poluição em qualquer de suas formas e proteger o meio ambiente;

d) Não se consideram cruéis as práticas desportivas que utilizem animais, desde que sejam manifestações culturais, registradas como bem de natureza imaterial integrante do patrimônio cultural brasileiro, devendo ser regulamentadas por lei específica que assegure o bem-estar dos animais envolvidos.

Questão 16

À luz da sistemática constitucional, especialmente no que tange às imunidades parlamentares e ao tema do foro privilegiado, é correto afirmar:

a) Congressistas serão julgados no Supremo Tribunal Federal, aplicando-se o foro por prerrogativa somente para crimes praticados durante o exercício do cargo e que tenham relação com as funções desempenhadas pelo parlamentar;

b) Uma vez recebida a diplomação, o parlamentar será processado e julgado pela Corte Máxima, independentemente do momento da prática crime ou relação com o exercício da função parlamentar;

c) O foro privilegiado dos parlamentares abrange as infrações penais comuns, bem como os crimes de responsabilidade;

d) Os Deputados e Senadores não são processados criminalmente por opiniões, palavras e votos proferidos dentro ou fora do parlamento, desde que haja conexão entre a ofensa irrogada e o exercício do mandato. A prerrogativa não impede que os parlamentares sejam civilmente processados pela vítima da ofensa.

Questão 17

Em 2018 é proposta uma Ação Direta de Inconstitucionalidade no Supremo Tribunal Federal pelo Procurador-Geral da República diante da lei estadual 1234 de 1982, que violou flagrantemente o art. 5º, inciso IX da CRFB/88 – “é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença”. Do ponto de vista do Controle de Constitucionalidade, tem-se que:

b) Não há legitimidade do PGR para propor Ação Direta de Inconstitucionalidade, tendo em vista que estar-se-á diante de lei estadual contestada em face da CRFB/88;

a) O STF poderá conhecer a ADI como Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF), tendo em vista o chamado princípio da fungibilidade;

c) As decisões de mérito proferida pelo STF em controle abstrato terão efeito vinculante em relação ao Supremo Tribunal, aos demais órgãos do Poder Judiciário e à Administração Pública direta e indireta, cabendo ainda efeito vinculante também no âmbito do Poder Legislativo, que não poderá editar nova lei de conteúdo idêntico ao da norma declarada inconstitucional;

d) O STF poderá examinar a inconstitucionalidade da lei estadual 1234 em sede de ADI, uma vez que a norma estadual se constitui como objeto desta ação, além do mais o parâmetro é um direito fundamental previsto na CRFB/88.

Direitos Humanos

Questão 18

No contexto do continente americano, as tendências internacionais de proteção aos direitos humanos resultaram na proposição pela Organização dos Estados Americanos - OEA, em 1948, da Carta da Organização dos Estados Americanos, que culminou na aprovação da Declaração Americana de Direitos e Deveres do Homem. Essa Declaração, aprovada 10 meses antes daquela firmada na Assembléia das Nações Unidas, foi de fato o primeiro instrumento de relevo no campo da proteção internacional dos direitos humanos.

Aceitar petições apresentadas por qualquer pessoa ou grupo de pessoas, que contenham denúncias ou queixas de violação do Pacto de São José da Costa Rica por um Estado-Parte, é competência específica da(dos):

a) Corte do Pacto de São José da Costa Rica.

- b) Corte Interamericana de Direitos Humanos.
- c) Assembleia de magistrados ad hoc.
- d) Comissão Interamericana de Direitos Humanos.

Questão 19

Tendo como base a Declaração de Direitos Humanos, diante das seguintes situações, podemos afirmar que se encontra de acordo com a referida Declaração:

- a) Manuel é português e foi extraditado pelo Brasil para Portugal, após cumprir a pena que lhe foi imposta em Portugal, o referido país não o deixou abandonar o país, por ser nacional;
- b) Ninguém pode ser arbitrariamente privado de sua propriedade;
- c) Caio, perseguido politicamente, não pode deixar seu país, pois de acordo com o direito interno não é possível qualquer nacional solicitar asilo em outro país;
- d) Marcos resolveu vir para o Brasil, e seu país de origem, o privou de sua nacionalidade. Segundo a Declaração de Direitos do Homem, não há problema algum Marcos permanecer apátrida.

Direito Internacional**Questão 20**

De acordo com a Lei de Migração 13.445/17, ao solicitante que pretenda ingressar ou permanecer em território nacional poderá ser concedido visto:

- a) O visto de visita é concedido ao imigrante com o intuito de estabelecer residência por tempo determinado.
- b) O visto temporário é concedido para estada de curta duração.
- c) O visto diplomático não pode ser transformado em autorização de residência.
- d) O visto de cortesia permite exercer atividade remunerada, sob o amparo da legislação trabalhista brasileira, ao empregado particular do visto diplomático, oficial ou de cortesia.

Questão 21

A extradição é a medida de cooperação internacional entre o Estado brasileiro e outro Estado pela qual se concede ou solicita a entrega de pessoa sobre quem recaia condenação criminal definitiva ou para fins de instrução de processo penal em curso. A respeito do assunto, assinale a alternativa correta:

- a) A extradição é concedida quando o indivíduo cuja extradição é solicitada ao Brasil for brasileiro;

- b) A extradição é permitida quando o fato que motivar o pedido não for considerado crime no Brasil ou no Estado requerente;
- c) A extradição é permitida quando o Brasil for competente, segundo suas leis, para julgar o crime imputado ao extraditando;
- d) É vedado a extradição quando o fato constituir crime político ou de opinião.

Direito Tributário

Questão 22

Ernesto é professor e presta serviços educacionais para diversas pessoas, que são as tomadoras de serviço. Ao declarar o imposto de renda do ano base 2016, Ernesto simplesmente esqueceu-se de declarar um dos rendimentos recebido de um dos seus tomadores de serviço. Ocorre que a Receita Federal do Brasil constatou a falta de declaração desse rendimento (e o conseqüente não recolhimento do imposto devido) e notificou Ernesto para apresentar os documentos relativos a tal rendimento. Assim que recebeu a notificação Ernesto se dirigiu à Receita do Brasil, explicou que não houve má-fé nessa omissão (já que a situação decorreu de mero esquecimento), vindo a confessar, assim, a prática do ato, prontificando-se a pagar, imediatamente, o imposto devido, sem a incidência de multa ou juros de mora. A partir do exposto, assinale a afirmativa correta.

- A) Como Ernesto não agiu com dolo quanto à omissão do rendimento, poderia regularizar a situação mediante o pagamento do imposto devido, acrescido somente dos juros de mora, sem a incidência da multa.
- B) A confissão de Ernesto e sua disposição para pagar imediatamente o imposto devido exclui a responsabilidade quanto à multa, sendo devidos, porém, o tributo e os juros de mora.
- C) Como Ernesto se apresentou à Receita Federal do Brasil após o recebimento da notificação, deverá recolher o imposto devido, acrescido de juros de mora e da correção, além da penalidade cabível.
- D) Por se tratar de matéria de ordem pública e de direito indisponível da Fazenda Pública, jamais poderá haver a exclusão da responsabilidade do contribuinte quanto ao pagamento da multa, mesmo eu confesse a infração e pague imediatamente o tributo devido e os juros de mora.

Questão 23

Roberval, residente e domiciliado no Município de Belo Horizonte/MG, adquiriu um imóvel de Astolfo, residente e domiciliado no Município de São Paulo/SP. O imóvel em questão está localizado no Município do Rio de Janeiro/RJ. Diante do exposto, assinale a alternativa correta quanto ao imposto que tem como fato gerador essa operação de venda e compra de bem imóvel:

- A) É devido ao Município onde localizado o bem.

- B) É devido ao Município do domicílio do vendedor.
- C) É devido ao Município do domicílio do comprador.
- D) É devido ao Município do domicílio do vendedor e ao Município do domicílio do comprador, na proporção de 50% para cada um.

Questão 24

Abrilina é sócia-gerente da empresa ABC. Como a empresa foi encerrada irregularmente, Abrilina foi responsabilizada por crédito tributário decorrente de fato gerador praticado pela referida pessoa jurídica no mesmo exercício do encerramento. O débito foi executado e o nome de Abrilina já constava como corresponsável na CDA no momento da propositura da Execução Fiscal. Abrilina aduz, em Exceção de Pré-executividade, que o encerramento irregular não pode ensejar a sua responsabilização por crédito tributário devido pela pessoa jurídica da qual é sócia-gerente. Com base nas informações apresentadas e na jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, é correto afirmar que:

- A) A Exceção de Pré-executividade é o instrumento processual adequado para excluir Abrilina do polo passivo da Execução Fiscal e que o encerramento irregular da empresa não pode ensejar a sua responsabilização por crédito tributário devido pela pessoa jurídica da qual é sócia-gerente.
- B) A Exceção de Pré-executividade não é o instrumento processual adequado para excluir Abrilina do polo passivo da Execução Fiscal e que o encerramento irregular da empresa não pode ensejar a sua responsabilização por crédito tributário devido pela pessoa jurídica da qual é sócia-gerente.
- C) A Exceção de Pré-executividade não é o instrumento processual adequado para excluir Abrilina do polo passivo da Execução Fiscal e que o encerramento irregular da empresa pode ensejar a sua responsabilização por crédito tributário devido pela pessoa jurídica da qual é sócia-gerente.
- D) A Exceção de Pré-executividade é o instrumento processual adequado para excluir Abrilina do polo passivo da Execução Fiscal e que o encerramento irregular da empresa pode ensejar a sua responsabilização por crédito tributário devido pela pessoa jurídica da qual é sócia-gerente.

Questão 25

Astrobaldo é prestador de serviços de cobrança, estando sujeito, assim, à incidência do ISS – Imposto Sobre Serviços (ISS). Ocorre que ele não declarou e recolheu o ISS incidente sobre fato gerador ocorrido em maio de 2015, quando a alíquota do imposto era de 4% sobre o preço do serviço e a alíquota da multa pela não declaração e recolhimento era de 30% sobre o valor do imposto devido. Em 28 de agosto de 2015 o Município credor aprovou uma lei que reduziu a alíquota do ISS sobre a atividade de prestação de serviços de cobrança para 3% e que também reduziu a alíquota da multa

pela não declaração e recolhimento para 20% sobre o valor do imposto devido. Em março de 2016 esse Município promoveu o lançamento do imposto e da multa devidos, exigindo de Astrobaldo o montante de R\$ 20.000,00 a título de imposto (4% sobre R\$ 500.000,00, correspondente ao preço dos serviços prestados) e R\$ 6.000,00 a título de multa pela falta de declaração e recolhimento do imposto (30% do valor do imposto devido e não recolhido). Sobre essa hipótese é correto o que se afirma em:

- A) O lançamento está incorreto em relação ao imposto, mas correto em relação à multa.
- B) O lançamento está correto em relação à multa e ao imposto.
- C) O lançamento está incorreto em relação à multa, mas correto em relação ao imposto.
- D) O lançamento está incorreto em relação ao imposto e em relação à multa.

Questão 26

Percival recebeu, no início do ano de 2017, um lançamento de Taxa de Coleta de Lixo Domiciliar e um lançamento de Contribuição de Melhoria. Sobre as diferenças e semelhanças entre as taxas e as contribuições de melhoria, está correto o que se afirma em:

- A) as taxas se referem a alguma atividade estatal específica, ao contrário das contribuições de melhoria.
- B) as taxas remuneram serviços públicos, assim como as contribuições de melhoria, que, diferentemente das taxas, têm como fato gerador a valorização imobiliária decorrente de obras públicas.
- C) as taxas não se referem a alguma atividade estatal específica, ao contrário das contribuições de melhoria.
- D) as taxas remuneram serviços públicos, ao contrário das contribuições de melhoria, que têm como fato gerador a valorização imobiliária.

Direito Administrativo

Questão 27

João, prefeito do Município X, contratou a empresa W Divulgação para prestar serviços de publicidade, realizando tal contratação utilizando-se do instituto da inexigibilidade de licitação, após regular procedimento administrativo. Em relação à situação acima narrada, assinale a alternativa correta.

- a) a contratação foi válida, desde que comprovada a capacidade técnica e notória especialização da empresa W Divulgação;
- b) a contratação foi válida, independente de comprovação de notória especialização da empresa W Divulgação;

- c) a contratação não observou a lei, visto que a modalidade de inexigibilidade só é possível para serviços artísticos;
- d) a contratação não observou a lei, visto que a inexigibilidade de licitação não é aplicável em contratações de serviços de publicidade e divulgação.

Questão 28

Maria e seus filhos, compondo família muito pobre, sem local para morar, decidem construir uma pequena casa de palha em terreno do abandonado prédio da prefeitura de sua localidade. Passados 15 anos com moradia fixa no referido local, sem ter construído ou adquirido qualquer outro imóvel em local diverso, é correto afirmar que:

- a) Maria poderá ser beneficiada pelo instituto da usucapião, independentemente do tempo em que estivesse no local;
- b) Maria poderá alienar sua casa de palha e averbar a negociação no respectivo registro do bem, comportando-se como regular posseira do imóvel.
- c) Maria não tem direito ao bem imóvel porque os imóveis públicos não são passíveis de usucapião.
- d) Maria poderá adquirir o bem através da usucapião após 20 anos de moradia consecutiva.

Questão 29

No dia do resultado da OAB, havendo 100% de aprovação dos alunos do Estratégia Concursos no referido exame, a prefeitura do Município X autorizou, após requerimento dos aprovados, que a rua Y fosse interditada para que o espaço fosse utilizado na comemoração da aprovação, com direito a um trio elétrico comandado pelo Professor Rosenvál.

Em relação ao ato da prefeitura, assinale a alternativa correta:

- a) autorização é um ato discricionário e precário, sendo possível a referida interdição no caso narrado.
- b) a interdição da rua Y poderia ocorrer mesmo sem prévia autorização da prefeitura.
- c) a autorização depende de aprovação pela respectiva Câmara Municipal.
- d) a autorização depende necessariamente de uma caução prévia, a ser feita pelos interessados.

Questão 30

Em operação fiscal no Mercadinho J, Joselindo, auditor fiscal estadual verificou que várias mercadorias em estoque estavam sem a respectiva nota fiscal. Diante de tal verificação, Joselindo lavrou auto de infração com imposição de multa. Com base nisso, assinale a alternativa correta.

- a) caso o valor da multa não seja pago pelos sócios do Mercadinho J até o prazo de seu vencimento, o Estado deverá cobrar o valor por meio de execução fiscal a ser manejada em face da pessoa jurídica.
- b) Joselindo poderá retirar do caixa do Mercadinho J o valor correspondente à multa imposta em sua autuação, a fim de prontamente quitar débito, com base na autoexecutoriedade do Poder de Polícia.
- c) Joselindo poderá retirar a quantidade de mercadorias que corresponda ao valor da multa, a fim de garantir o seu pagamento imediato.
- d) Joselindo poderá retirar do caixa do Mercadinho J o valor correspondente à multa imposta em sua autuação, mas dependerá de autorização do Governador do Estado para tanto.

Questão 31

Em relação às Parcerias Público-Privadas, assinale a alternativa correta.

- a) Concessão patrocinada é o contrato de prestação de serviços de que a Administração Pública seja a usuária direta ou indireta, ainda que envolva execução de obra ou fornecimento e instalação de bens.
- b) Concessão administrativa é a concessão de serviços públicos ou de obras públicas de que trata a Lei no 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, quando envolver, adicionalmente à tarifa cobrada dos usuários contraprestação pecuniária do parceiro público ao parceiro privado.
- c) Parceria público-privada é o contrato administrativo de concessão, na modalidade patrocinada ou comum.
- d) Concessão administrativa é o contrato de prestação de serviços de que a Administração Pública seja a usuária direta ou indireta, ainda que envolva execução de obra ou fornecimento e instalação de bens.

Questão 32

Evaldo foi aprovado em concurso público para auditor fiscal em sexto lugar. O edital do referido concurso previa a ampla concorrência para cinco vagas.

Em relação à situação acima, assinale a alternativa correta:

- a) Evaldo possui direito subjetivo à nomeação desde o momento da homologação do resultado do concurso.
- b) Se o quinto colocado no concurso for nomeado e desistir de sua nomeação, Evaldo passará a ter direito subjetivo à nomeação.
- c) Evaldo possui mera expectativa de direito quanto à sua nomeação, inexistindo hipótese em que esta expectativa seja convalidada em direito subjetivo à nomeação.
- d) Evaldo apenas poderá ser nomeado caso todos os cinco primeiros aprovados desistam de suas respectivas nomeações.

Direito Ambiental

Questão 33

Acerca de responsabilidade ambiental e com base nas disposições constitucionais, na Lei 9.605/98 e considerando a jurisprudência do STJ e do STF, marque a opção correta:

A - O art. 225, § 3º, da Constituição Federal não condiciona a responsabilização penal da pessoa jurídica por crimes ambientais à simultânea persecução penal da pessoa física em tese responsável no âmbito da empresa. A norma constitucional não impõe a necessária dupla imputação.

B - A responsabilidade penal da pessoa jurídica é admitida no ordenamento jurídico em vigor, sendo pacífico, no âmbito do Superior Tribunal de Justiça e no STF, que a responsabilização penal da pessoa jurídica por delitos ambientais não dispensa a imputação concomitante da pessoa física que age em seu nome ou em seu benefício. Em outras palavras, a teoria da dupla imputação prevalece, atualmente, no Superior Tribunal de Justiça e no STF.

C - O Superior Tribunal Federal e o Superior Tribunal de Justiça não admitem a responsabilização criminal da pessoa jurídica por crimes ambientais.

D - As pessoas jurídicas serão responsabilizadas administrativa, civil e penalmente, nos casos em que a infração seja cometida por decisão de seu representante legal ou contratual, ou de seu órgão colegiado, no interesse ou benefício da sua entidade. A responsabilidade das pessoas jurídicas exclui a das pessoas físicas, autoras, co-autoras ou partícipes do mesmo fato.

Questão 34

Acerca da responsabilidade civil por dano ambiental, marque a opção correta:

A - As obrigações previstas no código florestal têm natureza real e são transmitidas ao sucessor, de qualquer natureza, no caso de transferência de domínio ou posse do imóvel rural. Configura dever jurídico (obrigação ex lege) que se transfere automaticamente com a transferência do domínio (obrigação propter rem), podendo, em consequência, ser imediatamente exigível do proprietário atual, independentemente de qualquer indagação a respeito de boa-fé do adquirente ou de outro nexos causal que não o que se estabelece pela titularidade do domínio.

B - Segundo o entendimento do STJ, a responsabilidade civil pelo dano ambiental é de natureza subjetiva, ou seja, depende da comprovação de culpa.

C - O poluidor é obrigado, desde que comprovada a existência de culpa, a indenizar ou reparar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros, afetados por sua atividade.

D – Não há previsão legal acerca da responsabilidade civil objetiva no direito ambiental brasileiro.

Direito Civil

Questão 35

Uma garrafa de vinho de 1830 da reserva especial, clausulada com inalienabilidade por testamento é um bem classificado como bem:

- A) consumível fático e, ao mesmo tempo, inconsumível do ponto de vista jurídico.
- B) inconsumível fático e, ao mesmo tempo, inconsumível do ponto de vista jurídico.
- C) consumível fático e, ao mesmo tempo, consumível do ponto de vista jurídico.
- D) inconsumível fático e, ao mesmo tempo, consumível do ponto de vista jurídico.

Questão 36

João, maior e capaz, empresário, decide doar a Alfredo, igualmente maior e capaz, também empresário, um valioso imóvel de sua propriedade após ser informado de que o amigo lhe salvou a vida ao prestar-lhe socorro imediato em grave acidente automobilístico. Cinco anos após a doação, João descobre que, na verdade, Alfredo não o ajudara no momento do acidente, mas Dulce, outra amiga sua. De acordo com o Código Civil brasileiro, essa doação

- A) é nula, e João poderá reaver, a qualquer tempo, o imóvel doado a Alfredo, devido à ilicitude do motivo determinante, comum a ambas as partes.
- B) poderá ser anulada se o falso motivo tiver sido expressamente declarado no instrumento como razão determinante, já que a declaração de vontade de João emanou de erro.
- C) poderá ser anulada por João, que reaverá o imóvel, visto que o prazo decadencial para a anulação do negócio jurídico por vício resultante de erro é de quatro anos a contar da ciência do falso motivo.
- D) não poderá mais ser anulada após o prazo decadencial de quatro anos contado do dia em que se realizou o negócio jurídico, mesmo que o falso motivo tenha sido expressamente declarado no instrumento como razão determinante.

Questão 37

Quando o testamento foi aberto, Rubião quase caiu para trás. Advinhas por quê. Era nomeado herdeiro universal do testador. Não cinco, nem dez, nem vinte contos, mas tudo, o capital inteiro, especificados os bens, casa na Corte, uma em Barbacena, escravos, apólices, ações do Banco do Brasil e de outras instituições, joias, dinheiro amoeado, livros – tudo finalmente

passava às mãos do Rubião, sem desvios, sem deixas a nenhuma pessoa, nem esmolas, nem dívidas. Uma só condição havia no testamento, a de guardar o herdeiro consigo o seu pobre cachorro Quincas Borba, nome que lhe deu por motivo da grande afeição que lhe tinha. Exigia do dito Rubião que o tratasse como se fosse a ele próprio testador, nada poupando em seu benefício, resguardando-o de moléstias, de fugas, de roubo ou de morte que lhe quisessem dar por maldade; cuidar finalmente como se cão não fosse, mas pessoa humana. Item, impunha-lhe a condição, quando morresse o cachorro, de lhe dar sepultura decente, em terreno próprio, que cobriria de flores e plantas cheirosas; e mais desenterraria os ossos do dito cachorro, quando fosse tempo idôneo, e os recolheria a uma urna de madeira preciosa para depositá-los no lugar mais honrado da casa. (Assis, Machado de. Quincas Borba. p. 25. Saraiva, 2011).

As exigências feitas a Rubião consubstanciam

- A) termo.
- B) condição resolutiva.
- C) condição suspensiva.
- D) encargo.

Questão 38

A sociedade empresarial Peças e Suprimentos Ltda., visando parceria comercial com a sociedade empresarial Refrigeradores SA na comercialização de produtos para festas, iniciou tratativas pré-contratuais, exigindo da segunda que comprasse equipamento para a produção desses produtos. O negócio não foi concluído, razão pela qual a sociedade Refrigeradores SA, entendendo ter sofrido prejuízo, ingressou com ação de reparação de danos morais, materiais e lucros cessantes, assim como na obrigação de contratar, ante a expectativa criada pela sociedade empresarial Peças e Suprimentos Ltda..

Diante deste caso hipotético, assinale a alternativa correta.

- A) Quem negocia com outrem para conclusão de um contrato deve proceder segundo as regras da boa-fé, sob pena de responder apenas pelos danos que dolosamente causar à outra parte.
- B) A boa-fé a ser observada na responsabilidade pré-contratual é a objetiva, haja vista que esta diz respeito ao dever de conduta que as partes possuem, podendo a empresa desistente arcar com a reparação dos danos, se comprovados, sem qualquer obrigação de contratar.
- C) É assegurado o direito à contratação, em razão da boa-fé objetiva, e deverá a empresa que pretendia desistir arcar com os danos comprovados, mas em razão da contratação, estes poderão ser mitigados, principalmente quanto aos lucros cessantes.
- D) Em razão de conveniência e oportunidade, podem as contratantes desistir do negócio, por qualquer razão, considerando o princípio da liberdade

contratual, o qual assegura às partes a desistência, motivo pelo qual não há que se falar em indenização.

Questão 39

Pedro, com 15 anos de idade, pega a chave do veículo de seu pai e, ao dirigi-lo com cautela, perto de sua casa, faz desvio para evitar o atropelamento de Paulo, 5 anos de idade, que, de surpresa, avançou sobre a rua. Pedro, ao fazer a manobra salvadora da criança, colide com veículo da Empresa de Correios e Telégrafos, regularmente estacionado. Assinale a opção correta:

- A) Pedro, ao desviar, agiu em estado de necessidade, daí que não há base legal para obrigá-lo, a si ou a seu responsável, a reparar o dano causado ao veículo da ECT.
- B) Admitindo que o pai de Pedro seja condenado a reparar o dano, ele, mais tarde, faz jus a obter o regresso contra o filho.
- C) Embora não se configure o estado de necessidade, o absolutamente incapaz não responde em termos civis, e apenas seu representante ou responsável pode ser chamado a reparar o dano.
- D) Mesmo que se acolha a tese de estado de necessidade, o responsável pelo menor pode, legalmente, ser condenado a reparar o dano causado à ECT.

Questão 40

Sandro e Maria Cláudia divorciaram-se consensualmente, estabelecendo a guarda unilateral para a mãe do único filho, Enzo, em razão de sua tenra idade (3 anos). Estabeleceram, ainda, que o pai pagaria R\$ 2.000,00 por mês a título de alimentos. Sandro, aproveitando-se da boa situação financeira da ex-cônjuge, jamais pagou os alimentos ajustados, mas cumpria os demais deveres decorrentes da paternidade. Quando Enzo completou 18 anos, ajuizou execução de alimentos em face de Sandro.

Nesse cenário, é correto afirmar que

- A) Enzo poderá executar apenas os últimos 2 anos das prestações alimentares.
- B) estão prescritas as prestações alimentares, ressalvada a possibilidade de Enzo pleitear perdas e danos de sua mãe, que detinha sua guarda e manteve-se inerte no período.
- C) a inércia durante o longo período acarretou na exoneração de Sandro, ressalvada a possibilidade de Enzo ajuizar ação para constituir nova obrigação alimentar.
- D) Enzo poderá executar as prestações alimentares devidas desde quando tinha 3 anos de idade.

Questão 41

Sandoval doou a seus únicos filhos, Márcio e Marciano, um imóvel rural de grande extensão, naturalmente divisível, mas impôs cláusula de indivisibilidade. Passados dois anos, Sandoval faleceu e, por testamento, impôs em outro imóvel rural de mesmas dimensões cláusula de inalienabilidade vitalícia, porque dentro de seu disponível, também determinando que ficasse indivisível. Cinco anos após a morte de Sandoval, Márcio e Mariano se desentenderam e requereram, judicialmente, o levantamento da cláusula de indivisibilidade, bem como divisão do imóvel doado e do imóvel deixado por testamento, além da sub-rogação da cláusula de inalienabilidade em outros bens a serem adquiridos, em relação ao imóvel deixado por testamento. Reconhecendo a gravidade da discórdia, a conveniência da extinção do condomínio e, igualmente, a vantagem econômica da sub-rogação do vínculo de inalienabilidade, o juiz buscou na lei respaldo para julgar os pedidos, devendo concluir que

- A) poderá acolher apenas os pedidos de divisão dos imóveis.
- B) poderá acolhê-los integralmente.
- C) poderá acolher apenas os pedidos de divisão do imóvel doado e de sub-rogação da cláusula de inalienabilidade.
- D) poderá acolher, apenas, o pedido de sub-rogação da cláusula de inalienabilidade.

Direito da Criança e do Adolescente

Questão 42

Paulo e Mayra, pais de 3 filhos, pretendem deixá-los com amigos e familiares para que possam realizar pequenas férias para comemorar as bodas de estanho, pelos 10 anos de casamento.

Para tanto, Daniel, 9 anos, viajará desacompanhado para a comarca contígua a de sua residência, na mesma região metropolitana, enquanto Daniela, 10 anos, e Danilo, 12 anos, irão sozinho para a Foz do Iguaçu/PR, que está há 600 Km, aproximadamente, de Curitiba/PR onde a família vive.

Ao buscarem orientação jurídica, foram informados de que necessitará/rão de autorização para viajar:

- a) somente Daniel;
- b) somente Daniela;
- c) somente Danilo;
- d) Daniel e Daniela;

Questão 43

Renata e Priscila vivem em união estável e decidem adotar uma criança. Para tanto, antes de se encaminharem até o Juízo da Infância e da Juventude, buscam orientação jurídica sobre a habilitação de pretendentes à adoção prevista no ECA. Acertadamente, lhes é informado:

- a) um se habilita e, após a adoção, o outro ingressa com pedido de adoção unilateral;
- b) é vedada a adoção conjunta por pessoas que vivem em união homoafetiva;
- c) não poderão se habilitar, pois apenas os casados podem adotar conjuntamente;
- d) terão prioridade no cadastro, caso desejem adotar criança ou adolescente com deficiência ou doença crônica.

Direito do Consumidor

Questão 44

Marinalda e José finalmente conseguiram concretizar o sonho de suas vidas ao comprar uma passagem aérea para sair do Brasil e passear por cinco dias no Canadá, realizando a compra das passagens internacionais diretamente no site da companhia aérea. O transporte foi feito em voo direto por meio de avião da companhia aérea internacional.

Ao chegar ao Canadá, Marinalda percebeu que sua bagagem havia sido extraviada e sem qualquer expectativa de localização. Imediatamente ficou muito preocupada, pois lembrou que seu casaco de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) havia ficado na mala.

Em relação aos fatos narrados, assinale a alternativa correta:

- a) aplica-se o CDC ao caso, visto que Marinalda é inquestionavelmente consumidora, aplicando-se também a inversão automática do ônus da prova;
- b) apesar de aparente relação de consumo, deve-se aplicar ao caso as Convenções Internacionais que regulam o transporte internacional, não se aplicando o Código de Defesa do Consumidor;
- c) aplica-se o CDC ao caso, devendo Marinalda receber o valor integral de seu prejuízo, sem qualquer limitação;
- d) Marinalda não é consumidora, não merecendo qualquer valor de ressarcimento ou indenização.

Questão 45

Josefa, advogada com trinta anos de experiência, dois mestrados e um doutorado na área de Direito do Consumidor, teve seu requerimento para custeio de seu problema de saúde indevidamente negado pelo plano de saúde que já paga há mais de dez anos.

Em relação ao caso, considerando que Josefa ajuizou ação contra o respectivo plano de saúde, assinale a alternativa correta.

- a) Josefa não é e nem pode ser considerada consumidora, uma vez que possui amplos conhecimentos técnicos sobre a matéria.

- b) apesar de ser consumidora, Josefa não pode ser considerado parte vulnerável, visto que sua capacidade técnica afasta tal condição.
- c) Josefa é consumidora e deverá ser aplicada a inversão do ônus da prova pelo juiz de forma automática.
- d) no processo, a vulnerabilidade de Josefa é presumida, mas a inversão do ônus da prova dependerá da análise do caso concreto e da verossimilhança das alegações da da consumidora.

Direito Empresarial

Questão 46

Daniel Rickson, proprietário da firma individual Rickson Relógios, empresário individual já conhecido no Distrito Federal, visando à ampliação do seu negócio, associou-se à Amanda Nunes, sua conhecida, para abrirem uma loja em famoso shopping na capital federal. Juntos, elaboraram o contrato social da Relojoaria R&A LTDA. e solicitaram à Junta Comercial do Distrito Federal (JCDF) o seu registro. A JCDF negou o registro, alegando que Amanda Nunes estaria sendo processada criminalmente por peculato e não poderia constar como sócia do empreendimento.

Considerando a situação hipotética acima e as normas que regem o nome e o registro comercial, assinale a afirmativa correta.

- a) A JCDF, diversamente das outras juntas nos entes federados, é subordinada administrativa e tecnicamente ao DREI – Departamento de Registro Empresarial e Integração.
- b) Ao negar o registro do contrato social, a JCDF agiu de acordo com a Lei de Registro Público de Empresas Mercantis e atividades afins.
- c) Relojoaria R&A LTDA. é nome empresarial da espécie denominação, PIS as sociedades limitadas não admitem outra natureza de nome.
- d) Caso preferissem, Daniel Rickson e Amanda Nunes poderiam ter optado por constituir uma empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI.

Questão 47

João emitiu, em 1º/10/2012, um cheque em pagamento de uma mercadoria no valor de R\$ 500,00 avalizado por Bosco — que aceitou dar o aval no valor de R\$ 400,00. Dois dias após a celebração do contrato, João constatou um grave defeito na mercadoria, que impedia seu funcionamento. Ao procurar o vendedor, para devolver a mercadoria e receber seu cheque de volta, João foi por ele informado de que o cheque havia sido endossado a Pedro, que, procurado por João, informou-lhe que endossara o cheque em branco. Carlos, que havia recebido o cheque, tendo preenchido o endosso em seu nome, apresentou-o, no dia 28/10/2012, para pagamento. O pagamento do cheque foi recusado por falta de fundos, motivo declarado no próprio cheque pela câmara de compensação.

A respeito da situação narrada, marque a assertiva correta.

- a) Apenas depois de cobrar de Pedro o pagamento do cheque, poderá Carlos cobrar dos demais portadores do cheque, já que foi Pedro quem lhe endossou o cheque;
- b) Para não perder o direito de cobrar de João e dos demais endossantes o valor do cheque, Carlos deve protestá-lo;
- c) Em defesa contra eventual cobrança de Carlos, João pode negar-se a pagar sob o argumento de que a mercadoria por ele adquirida aparentou grave defeito;
- d) É válido o aval parcial dado por Bosco, estando ele, portanto, obrigado a pagar R\$ 400,00.

Questão 48

Assim dispõe o artigo 175 da Lei 9.279/1996 (Lei de Propriedade Industrial - LPI):

"Art. 175. A ação de nulidade do registro será ajuizada no foro da justiça federal e o INPI, quando não for autor, intervirá no feito."

A respeito da intervenção do INPI nos mencionados processos por força da parte final do precitado dispositivo legal, considerada a leitura jurisprudencial do Superior Tribunal de Justiça, marque a afirmativa correta.

- a) Por força da norma, adquire o INPI a condição de réu nos feitos judiciais em questão;
- b) Por força da norma, adquire o INPI a condição de assistente simples nos feitos judiciais em questão;
- c) Por força da norma, adquire o INPI a condição de assistente litisconsorcial nos feitos judiciais em questão;
- d) Trata-se de modalidade de intervenção obrigatória do INPI e atípica sob a sistemática do CPC/1973.

Questão 49

Sobre o contrato de alienação fiduciária em garantia na disciplina do Decreto-lei nº 911/1969, consideradas as alterações produzidas pela Lei nº 10.931/2004 e observada a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, marque a alternativa correta.

- a) A consolidação da propriedade do bem alienado nas mãos do credor fiduciário se dá imediatamente após a execução da liminar de busca e apreensão deferida judicialmente;
- b) A Lei nº 10.931/2004 introduziu como novidade a possibilidade de o devedor fiduciário, após executada a liminar, purgar a mora, reavendo o bem, para o que dispensou o pagamento integral da dívida;
- c) Para obstar a consolidação da propriedade nas mãos do credor fiduciário, define a Lei nº 10.931/2004 o prazo de quinze dias – o mesmo de resposta – para que o devedor pague integralmente a dívida;

d) A consolidação da propriedade do bem alienado nas mãos do credor fiduciário se dá 05 (cinco) dias após a execução da liminar de busca e apreensão deferida judicialmente.

Questão 50

A respeito da insolvência como pressuposto da falência, considerado o magistério doutrinário acolhido por nossa Corte da Cidadania, além da disciplina da nº Lei 11.101/2005, assinale a afirmativa correta.

- a) Adotou, a Lei nº 11.101/2005, o sistema da insolvência econômica como pressuposto da falência, rompendo com o tradicional paradigma da insolvência jurídica;
- b) O sistema de execução por concurso universal decorrente da denominada insolvência civil adota como marco para decretação da insolvência a denominada insolvência jurídica, não a insolvência econômica;
- c) Configuradas as hipóteses previstas na Lei nº 11.101/2005 como geradoras da falência, esta não pode ser obstada pela alegação do devedor de que tem sólida situação financeira;
- d) O depósito elisivo da falência, se regular, gera a extinção do processo.

Direito Processual Civil

Questão 51

Rosenval Jr., devedor contumaz, não paga os serviços de pintura que contratou com Diego. Após diversas tratativas extrajudiciais, Rosenval Jr. emite cheque em favor de Diego. Ao tentar depositá-lo, Diego constata a insuficiência de recursos para fazer frente ao título emitido. Indignado, o pintor busca você, advogado, que, corretamente, orienta:

- a) Diego a propor ação de execução em face do título executivo judicial.
- b) Diego a propor ação pelo procedimento comum, com vistas certificar-se da pretensão consubstanciada no contrato.
- c) Diego a propor ação de execução em face do título executivo extrajudicial.
- d) Diego a propor ação pelo procedimento comum, cumulada com pedido de concessão de tutela de evidência, visto tratar-se de título de crédito não prescrito.

Questão 52

Após trâmite regular de ação indenizatória ajuizada por Karoline, em face da empresa de aviação Voe Com Emoção S/A, o juízo concretamente competente prolatou sentença de total procedência, no importe de R\$ 100.000,00.

Sobre as possibilidades processuais subsequentes, você, advogado de Karoline, informa que:

- a) havido o acerto do direito em razão da sentença prolatada, em poucas semanas certamente o valor devido constará da conta bancária da cliente, sob pena de o juiz determinar a penhora de avião da empresa.
- b) que Karoline poderá interpor recurso de apelação ao tribunal em face da sentença, no prazo de 15 dias a contar da intimação da decisão.
- c) que deverá aguardar a certificação do trânsito em julgado para que o título, uma vez líquido, possa ser exigido em procedimento de cumprimento de sentença, por requerimento da parte credora.
- d) que a ré poderá requerer o parcelamento, em seis vezes iguais, do valor devido no prazo de 15 dias a contar da intimação, desde que efetue o depósito antecipado de quantia equivalente à 30% do valor da condenação.

Questão 53

Paulo Henrique, alegando estar em condição financeira precária, presta serviços à Renato, que não cumpre com o pactuado. Propõe ação judicial e, orientado pelo seu advogado, requer a concessão do benefício da justiça gratuita. Citado e ciente da real condição financeira de Paulo Henrique, Renato informa tal fato ao advogado que, ao contestar, impugna, em preliminar de contestação, o requerimento de gratuidade, juntando cópia de matrículas de imóveis de propriedade do autor. O juízo, não obstante, indefere a impugnação.

Você, na condição de procurador de Renato:

- a) interpõe agravo de instrumento em face da decisão interlocutória desfavorável.
- b) ajuíza mandado de segurança não haver espécie adequada ao caso concreto.
- c) opõe embargos de declaração com vistas a obter reconsideração do juízo.
- d) nada faz e, quando da sentença, se recorrer, retoma o benefício indevidamente concedido em preliminar das razões recursais.

Questão 54

Rodrigo abusa do direito de defesa e protela intencionalmente o curso do processo, ciente do provável sucesso da demanda contra ele ajuizada por Priscila. Não obstante tratar-se de pretensão deduzida em juízo em relação a qual não há caracterização de perigo de dano ou de risco ao resultado útil do processo, o advogado de Priscila poderá requerer incidentalmente:

- a) tutela provisória de urgência.
- b) tutela provisória de evidência.
- c) tutela provisória cautelar mandamental.
- d) a fixação de astreintes.

Questão 55

Marcelle adquire imóvel de Fernando. Após 9 meses, já residindo na propriedade recém adquirida, Paulo propõe ação em face de Marcelle requerendo a imediata desocupação do imóvel, juntando aos autos documento comprobatório da propriedade. Nesse caso, para que possa exercer os direitos que resultam da evicção, Marcelle poderá:

- a) denunciar Fernando à lide.
- b) chamar Fernando ao processo.
- c) requerer incidentalmente a oposição;
- d) requerer o ingresso de Fernando na lide na condição de assistente litisconsorcial.

Questão 56

Daniela, advogada recém-formada, é intimada para audiência de instrução e julgamento que ocorrerá, na próxima semana. Procura colega, advogado associado do mesmo escritório, que traz as seguintes orientações, entre as quais, uma está incorreta.

- a) As provas orais serão produzidas em audiência, ouvindo-se, em ordem preferencial, o perito e assistentes técnicos; após, o autor e o réu consecutivamente, com seus depoimentos pessoais; e, por fim, primeiro as testemunhas do autor para, em um segundo momento, ouvir testemunhas do réu.
- b) Não há necessidade de provar fatos notórios, afirmados por uma parte e confessados por outra ou admitidos no processo como incontroversos.
- c) Qualquer cláusula entabulada pelas partes quanto à inversão do ônus da prova constitui nulidade que poderá ser reconhecida de ofício pelo juízo.
- d) Nos casos previstos em lei ou diante de peculiaridades da causa relacionadas à impossibilidade ou à excessiva dificuldade de cumprir com o ônus da prova, em sua regra estática, ou à maior facilidade de obtenção da prova do fato contrário, poderá o juiz atribuir o ônus da prova de modo diverso, desde que o faça por decisão fundamentada, caso em que deverá dar à parte a oportunidade de se desincumbir do ônus que lhe foi atribuído

Questão 57

Renato, advogado, é intimado para se manifestar, no prazo de 5 dias, quanto aos documentos juntados aos autos pela parte contrária. Disponibilizado o diário oficial na quinta-feira, dia 26/7, e considerando inexistir feriados legal nos próximos 15 dias, o último dia para recorrer será:

- a) 3/8, sexta-feira.
- b) 2/8, quinta-feira.
- c) 1º/8, quarta-feira.
- d) 31/7, terça-feira.

Direito Penal

Questão 58

Tomás inimigo mortal de Valéria tendo ciência da ocorrência de um crime próximo de sua residência, comparece até a Delegacia de polícia e noticia o crime, alegando que vira Valéria, praticar o delito, mesmo sabendo que esta, estava na Argentina na data do fato. Em decorrência do exposto foi instaurado inquérito policial para apurar as circunstâncias do ocorrido.

A esse respeito é correto afirmar que Tomás praticou o crime de:

- A) Calúnia
- B) Falso Testemunho
- C) Denúncia Caluniosa
- D) Comunicação Falsa de Crime

Questão 59

Mário passeando com seu filho em um zoológico, se depara com a jaula do Leão aberta, instantes depois vê o animal correndo em direção ao seu filho para atacá-lo. Assustado, Mário se apodera de uma espingarda que estava próxima a ele e atira contra o animal, atingindo este e também uma criança que teve lesões corporais graves. Analisando a situação fática, pode se concluir que Mário:

- A) agiu em legítima defesa, fato que exclui a ilicitude de sua conduta.
- B) agiu em estado de necessidade, todavia tal excludente de culpabilidade não o isenta das lesões sofridas pela criança.
- C) agiu em estado de necessidade e não responderá pelas lesões graves sofridas pela criança.
- D) responderá pelas lesões corporais causadas na criança, uma vez que foi imprudente quando dos disparos.

Questão 60

Serafina convenceu seu pai, Antônio, de 61 anos de idade, a lhe outorgar instrumento de mandato para movimentar sua conta bancária, ao argumento de que poderia ajudá-la a efetuar pagamento de contas, pequenos saques, pegar talões de cheques etc., evitando assim que o mesmo tivesse que se deslocar para o banco no dia a dia. De posse da referida procuração, Serafina compareceu à agência bancária onde Antônio possuía conta e sacou todo o valor que a mesma possuía em aplicações financeiras, no total de R\$ 200.000,00 (cento e cinquenta mil reais), apropriando-se do dinheiro antes pertencente a seu pai. Considerando tal narrativa, assinale a alternativa correta.

- A) Serafina praticou crime de estelionato em detrimento de Antônio e, pelo fato de ser sua filha, é isenta de pena.

- B) Serafina praticou crime de furto mediante fraude em detrimento de Antônio e, pelo fato de ser sua filha, é isenta de pena.
- C) Serafina praticou crime de estelionato em detrimento de Antônio e, apesar de ser sua filha, não é isenta de pena.
- D) Serafina praticou crime de furto mediante fraude em detrimento de Antônio e, apesar de ser sua filha, não é isenta de pena.

Questão 61

O Presidente da República, mediante o aumento de crimes contra o patrimônio, decide criar por meio de uma medida provisória, um novo tipo penal, para coibir tais crimes. A medida provisória é convertida em leis sem impugnação. Com base nos dados fornecidos, assinale a opção correta

- A) Há ofensa ao princípio da legalidade, pois não cabe ao Presidente versar acerca de matéria de Direito Penal.
- B) Há ofensa ao princípio da reserva legal, uma vez que não se cria tipos penais, por meio de medida provisória.
- C) Não há que se falar em violação ao princípio da reserva legal, uma vez que a medida provisória foi convertida em Lei.
- D) O fato de ter havido aplicação prévia o Congresso faz com que não seja violado o princípio da reserva legal.

Questão 62

Alberto, policial civil, passando por dificuldades financeiras, resolve se valer de sua função para ampliar seus vencimentos. Para tanto, durante o registro de uma ocorrência na Delegacia onde está lotado, solicita à noticiante R\$2.000,00 para realizar as investigações necessárias à elucidação do fato.

Indignada com a proposta, a noticiante resolve gravar a conversa. Dizendo que iria pensar se aceitaria pagar o valor solicitado, a noticiante deixa o local e procura a Corregedoria de Polícia Civil, narrando a conduta do policial e apresentando a gravação para comprovação.

Acerca da conduta de Alberto, é correto afirmar que configura crime de

- A) corrupção ativa, em sua modalidade tentada.
- B) corrupção passiva, em sua modalidade tentada.
- C) corrupção ativa consumada.
- D) corrupção passiva consumada.

Questão 63

Gilberto, dirigindo sua motocicleta, sem o devido cuidado acaba atropelando duas senhoras que estavam voltando de um bingo comunitário. Diante da situação narrada, e levando em consideração o concurso de crimes, assinale a alternativa que se enquadra a situação descrita:

- A) concurso material
- B) concurso formal perfeito
- C) concurso formal impróprio
- D) crime continuado

Direito Processual Penal

Questão 64

Marcos e Eurico foram denunciados pela prática de crimes de homicídio em processos distintos, já que foram imputados fatos diferentes a cada um deles. Após encerrada a instrução probatória da primeira fase do procedimento bifásico do Tribunal do Júri, em alegações finais, o Ministério Público pediu a pronúncia de cada um dos réus em seus processos, enquanto a defesa técnica dos dois pediu absolvição sumária ou, subsidiariamente, impronúncia. O juiz proferiu as duas decisões no mesmo dia, impronunciando Marcos e pronunciando Eurico. Nesse caso, da decisão de impronúncia e da decisão de pronúncia caberão os seguintes recursos, respectivamente:

- A) apelação e apelação;
- B) apelação e recurso em sentido estrito;
- C) agravo e recurso em sentido estrito;
- D) recurso em sentido estrito e recurso em sentido estrito

Questão 65

Fernanda, durante uma discussão com seu marido Renato, levou vários socos e chutes. Inconformada com a agressão, dirigiu-se à Delegacia de Polícia mais próxima e narrou todo o ocorrido. Após a realização do exame de corpo de delito, foi constatada a prática de lesão corporal leve por parte de Renato. O Delegado de Polícia registrou a ocorrência e requereu as medidas cautelares constantes no Artigo 23 da Lei nº 11.340/2006. Após alguns dias e com objetivo de reconciliação com o marido, Fernanda foi novamente à Delegacia de Polícia requerendo a cessação das investigações para que não fosse ajuizada a ação penal respectiva. Diante do caso narrado, de acordo com o recente entendimento do Supremo Tribunal Federal, assinale a afirmativa correta.

- A) No âmbito da Lei Maria da Penha, nos crimes de lesão corporal leve, a ação penal é condicionada à representação. Desta forma, é possível a sua retratação, pois não houve o oferecimento da denúncia.
- B) No âmbito da Lei Maria da Penha, nos crimes de lesão corporal leve, a ação penal é pública incondicionada, sendo impossível interromper as investigações e obstar o prosseguimento da ação penal.

C) No âmbito da Lei Maria da Penha, nos crimes de lesão corporal leve, a ação penal é pública incondicionada, mas é possível a retratação da representação antes do oferecimento da denúncia.

D) No âmbito da Lei Maria da Penha, nos crimes de lesão corporal leve, a ação penal é pública condicionada à representação, mas como os fatos já foram levados ao conhecimento da autoridade policial será impossível impedir o

Questão 66

Mévio foi denunciado e está sendo regularmente processado por furto. Todavia, na audiência de instrução e julgamento, foi apresentada uma filmagem da rua, obtida pelas câmeras da CET, em que é possível nitidamente visualizar Mévio empregando grave ameaça contra a vítima, exercida por meio de uma faca – fato confirmado, ademais, por duas testemunhas ouvidas também na mesma audiência. Tendo em vista esta narrativa, aponte a alternativa correta:

A) situação é de “ mutatio libelli” , pois o fato que se comprovou durante a instrução processual é diverso daquele narrado na peça acusatória e, portanto, o Ministério Público deverá aditá-la.

B) Caso o membro do Ministério Público se recuse a promover o aditamento na inicial acusatória, o juiz deverá designar outro promotor que o faça.

C) É caso de “ emendatio libelli” devendo o juiz remeter os autos ao procurador geral, que promoverá o aditamento ou designará outro membro do Ministério Público para que o faça, sem poder, contudo, insistir na recusa.

D) O próprio magistrado pode promover o aditamento da acusação, fazendo constar em sua sentença a definição jurídica diversa que entenda cabível, pois não houve alteração dos fatos narrados pela denúncia, que verificou-se durante a audiência serem os mesmos.

Questão 67

Joilson foi condenado pelo crime de lesão corporal leve (Art. 129 “ caput ” do CP: Ofender a integridade corporal ou a saúde de outrem. Pena - detenção, de três meses a um ano), praticado contra Cleber, sendo lhe aplicando uma pena de 04 (quatro) meses em regime aberto. Joilson, não se conformando com a decisão deve:

A) Interpor recurso de apelação no prazo de 05 (cinco) dias e as razões recursais no prazo de 08 (oito) dias.

B) Interpor recurso de apelação no prazo de 3 (três) dias.

C) Não cabe qualquer recurso, pois o regime penitenciário aplicado foi o aberto.

D) Interpor recurso de apelação e as razões recursais juntas no prazo de 10 (dez) dias.

Questão 68

Em relação à busca e apreensão no processo penal, é INCORRETO afirmar que

- A) Poderá ser realizada busca pessoal quando houver fundada suspeita de que alguém oculte consigo arma proibida ou objetos obtidos por meio criminosos.
- B) o mandado de busca e apreensão deverá mencionar o motivo e os fins da diligência.
- C) as buscas domiciliares com ordem judicial serão executadas de dia, salvo se o morador consentir que se realizem à noite.
- D) a autoridade, ou seus agentes, nunca poderão penetrar no território de jurisdição alheia, se de outro Estado.

Questão 69

Quanto à decretação da Prisão Preventiva, pode-se afirmar que:

- A) Em qualquer fase da investigação policial ou do processo penal, caberá a prisão preventiva decretada pelo juiz, de ofício, se no curso da ação penal, ou a requerimento do Ministério Público, do querelante ou do assistente, ou por representação da autoridade policial.
- B) A prisão preventiva poderá ser decretada como garantia da ordem pública, da ordem econômica, por conveniência da instrução criminal, ou para assegurar a aplicação da lei civil, mesmo que não exista indícios de autoria e prova da materialidade delitiva.
- C) Em qualquer fase da investigação policial ou do processo penal, caberá a prisão preventiva decretada pelo juiz, sempre a requerimento do Ministério Público, do querelante ou do assistente, ou por representação da autoridade policial.
- D) A prisão preventiva deve durar até o máximo de 5 (cinco) dias, prorrogáveis por mais 5 (cinco) e, nos casos dos crimes hediondos 30 (trinta) dias prorrogáveis por mais 30 (trinta) dias.

Direito do Trabalho**Questão 70**

Rogério, garçom, foi contratado por Sérgio, gerente do Restaurante "Prato Bom" Ltda, tendo laborado por 5 anos na empresa, quando dispensa sem justa causa. Decorrido um ano após a dispensa, Sergio pretende recontratar Rogério, agora, na modalidade contratual de intermitente, hipótese em que o empregado deveria aguardar a convocação da empresa.

Neste sentido, verifica-se que

- a) O contrato de trabalho intermitente apenas poderá ser firmado, quando decorrido dezoito meses da dispensa do contrato de trabalho indeterminado.

- b) O contrato de trabalho intermitente pode ser firmado imediatamente, não havendo na legislação prazo mínimo entre a contratação como intermitente e o contrato por prazo indeterminado.
- c) A legislação exige um interstício mínimo de seis meses entre um contrato indeterminado e o intermitente.
- d) O contrato intermitente não poderia ser pactuado, haja vista que a sua aplicabilidade é restrita a algumas categorias profissionais.

Questão 71

A empresa "Caminhos do céu" Ltda. concedia o auxílio alimentação aos seus empregados. Neste sentido, tal parcela adquirirá natureza salarial caso:

- a) A empresa efetue seu pagamento em dinheiro.
- b) A empresa seja inscrita no PAT - Programa de Alimentação ao Trabalhador.
- c) A empresa efetue seu pagamento em percentual superior a 50% do salário do empregado.
- d) A empresa não tenha acordado tal benefício por meio de acordo ou convenção coletiva.

Questão 72

A empresa "Tiro Certo Vigilância e Segurança" LTDA. decide contratar 30 vigilantes para compor a sua equipe de empregados. Os novos empregados se submeterão a jornada 12x36, de forma a terem o intervalo suprimido e consequentemente indenizado, em razão da necessidade de um trabalho contínuo e ininterrupto. A jornada dos empregados, como regra, era realizada preponderantemente no período noturno, sendo prorrogada em algumas horas para o diurno, conforme escala estipulada pela gerência.

Em relação à Jornada e o Intervalo concedido pela empresa, observa-se que:

- a) A jornada estipulada pela empresa poderá ser pactuada mediante acordo individual, sendo ilícita supressão do intervalo, por referir-se a norma de saúde e segurança do trabalho.
- b) A jornada 12x36 poderá ser pactuada, conforme disposição legal, por negociação coletiva ou acordo individual, sendo que serão consideradas compensadas as prorrogações de trabalho noturno, quando houver.
- c) A jornada 12x36 pode ser estipulado por negociação coletiva, sendo lícita a supressão do intervalo, bem como a prorrogação da jornada noturna, quando pago pelo empregador o adicional de 20% sobre todo o período.
- d) A remuneração da jornada 12x36 não abrangem os pagamentos devidos pelo descanso semanal remunerado e pelo descanso em feriados, estes que deverão ser arcados pelo empregador de forma dobrada.

Questão 73

A empregada Priscilinha é farmacêutica, e labora na Empresa "Saúde Prioritária" Ltda. há aproximadamente dez anos, de forma que nas últimas semanas de trabalho, descobriu encontrar-se grávida de 2 meses. Nesta situação, por laborar em atividades insalubres em grau médio, a empregada deverá

- a) Ser afastada obrigatoriamente, independente de atestado.
- b) Ser afastada, caso apresente atestado de saúde fornecido pelo médico do trabalho, hipótese em que perderá o direito ao adicional.
- c) Continuar a laborar, haja vista que o afastamento apenas tronar-se-á possível, quando o grau de insalubridade for grave.
- d) Ser afastada, caso apresente atestado de saúde, por médico de sua confiança, hipótese em que não perderá o direito ao adicional.

Questão 74

A empresa "Produtos Químicos XLP" atua no ramo de produtos químicos destinados a limpeza hospitalar. Desejando o supervisor da empresa que as jornadas de seus empregados sejam prorrogadas, mesmo o labor ocorrendo em ambiente insalubre, necessário se fará que

- a) A empresa demonstre a necessidade imperiosa para tal prorrogação, sob pena de autuação pelo Ministério do Trabalho.
- b) A empresa obtenha licença prévia das autoridades competentes em matéria de higiene do trabalho, as quais, para esse efeito, procederão aos necessários exames locais.
- c) A empresa pactue acordo individual com o empregado, neste sentido, além de autorização do Ministério do Trabalho.
- d) A empresa tenha autorização da Superintendência do Trabalho, sob pena de autuação pelo fiscal do trabalho.

Questão 75

Manoel foi admitido em 14/05/2014 para exercer a função de marceneiro na empresa Madeiras Finas S/A. Por ser um funcionário exemplar e responsável foi indicado em 11/11/2015 como presidente da comissão interna de prevenção a acidentes. Dez meses após tal data, Manoel foi dispensado sem justo motivo. Inconformado com a dispensa procurou a Vara do Trabalho de Vitória da Conquista/BA, onde ajuizou reclamação verbal contra a empresa, alegando que não poderia ser dispensado no período de estabilidade. A reclamada foi notificada e compareceu à audiência apresentando a sua defesa, sendo que após a instrução processual o juiz de primeiro grau julgou improcedente a reclamação. Nesta situação, verifica-se que

- a) O magistrado agiu de forma equivocada, haja vista que a estabilidade aplica-se apenas aos titulares representantes dos empregados e empregadores, ou seja, ao presidente e vice da CIPA.

- b) O magistrado agiu com acerto, haja vista que o empregado designado como presidente da CIPA é representante do empregador, não sendo aplicável tal estabilidade, considerando que esta se destina apenas aos representantes dos empregados, titulares e suplentes, desde o registro de sua candidatura até um ano após o final de seu mandato.
- c) O magistrado agiu com acerto, haja vista que a estabilidade aplica-se tão somente aos suplentes que sejam representantes dos empregados.
- d) O magistrado agiu de forma equivocada, haja vista que a estabilidade aplica-se aos titulares e suplentes que sejam representantes dos empregados e empregadores, ou seja, presidente e vice da CIPA.

Direito Processual do Trabalho

Questão 76

Na condição de advogado contratado pela empresa "Super Coruja" Ltda., a qual objetiva manejar o meio processual apto a fim de pagar as verbas rescisórias devidas ao empregado Zé da Penha, tendo em vista que o seu não comparecimento na data determinada para retirada de seus pertences e pagamento das verbas trabalhistas. Nesta situação, visando evitar a multa por atraso no pagamento das verbas rescisórias, o advogado da empresa XPTO deve manejar

- a) Reclamação Trabalhista.
- b) Ação Monitória.
- c) Ação Rescisória.
- d) Ação de Consignação em Pagamento.

Questão 77

Com relação às audiências no Processo do Trabalho, assinale a alternativa correta:

- a) Caso o magistrado em até 20 (vinte) minutos após a hora marcada, o juiz ou presidente não houver comparecido, os presentes poderão retirar-se, devendo o ocorrido constar do livro de registro das audiências.
- b) Em casos especiais, poderá ser designado outro local para a realização das audiências, mediante edital afixado na sede do Juízo ou Tribunal, com a antecedência mínima de quarenta e oito horas.
- c) Do registro das audiências não poderão ser fornecidas certidões às pessoas que o requererem, salvo autorização expressa do magistrado.
- d) Como regra, o não comparecimento do reclamante à audiência importa o arquivamento da reclamação além da condenação em custas processuais em até quatro vezes o limite máximo dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social, ainda que beneficiário da justiça gratuita.

Questão 78

Acerca das novas regras de prazos processuais da Justiça do Trabalho, e sabendo que a sentença foi publicada na segunda-feira, o último dia de prazo para a interposição de Embargos de Declaração perante a uma omissão existente será na:

- (A) segunda-feira da semana seguinte à da publicação.
- (B) quinta-feira da semana seguinte à da publicação.
- (C) sexta-feira da semana da publicação.
- (D) quarta-feira da semana seguinte à da publicação.
- (E) terça-feira da semana seguinte à da publicação.

Questão 79

Com relação aos pressupostos recursais no Processo do Trabalho, assinale a alternativa incorreta:

- a) O depósito recursal será feito em conta vinculada ao juízo e corrigido com os mesmos índices da poupança.
- b) Quando o agravo de instrumento tem a finalidade de destrancar recurso de revista que se insurge contra decisão que contraria a jurisprudência uniforme do Tribunal Superior do Trabalho, consubstanciada nas suas súmulas ou em orientação jurisprudencial, não haverá obrigatoriedade de se efetuar o depósito recursal.
- c) No ato de interposição do agravo de instrumento, o depósito recursal corresponderá a 50% (cinquenta por cento) do valor do depósito do recurso ao qual se pretende destrancar.
- d) São isentos do depósito recursal os beneficiários da justiça gratuita, as entidades filantrópicas e as empresas em liquidação extrajudicial.

Questão 80

Acerca do procedimento sumaríssimo, assinale a alternativa incorreta:

- a) Estão excluídas do procedimento sumaríssimo as demandas em que é parte a Administração Pública direta, autárquica e fundacional.
- b) As demandas sujeitas a rito sumaríssimo serão instruídas e julgadas em audiência única, sob a direção de juiz presidente ou substituto, que poderá ser convocado para atuar simultaneamente com o titular.
- c) Todas as provas serão produzidas na audiência de instrução e julgamento, ainda que não requeridas previamente.
- d) Quando interrompida a audiência, o seu prosseguimento e a solução do processo dar-se-ão no prazo máximo de quinze dias, salvo motivo relevante justificado nos autos pelo juiz da causa.